



Os desafios da Educação Inclusiva observados na prática escolar

Gabriel Castilho¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FEBF

Resumo. A experiência de estar dentro de uma escola como um observador possibilita o contato direto com diversas questões passíveis de pesquisas e de investigação. Nesse sentido, o estágio para um licenciando é a oportunidade de viver aquilo que se estuda e de colocar em diálogo e confronto o conhecimento teórico e a realidade prática. Logo, esse relato tem como objetivo refletir o que é a educação inclusiva, como é colocada em prática e qual é o papel do professor diante disso, a partir das realidades encontradas ao longo da experiência como estagiário.

Palavras-chave: estágio supervisionado; educação inclusiva; políticas públicas; prática escolar.

THE CHALLENGES OF INCLUSIVE EDUCATION OBSERVED IN SCHOOL PRACTICE

Abstract. The experience of being inside a school as an observer allows you direct contact with several passive research and investigative questions.

In this way, the internship for a student is the opportunity to experience what is being studied and to put theoretical knowledge and practical reality in dialogue and confrontation. Therefore, this report aims to reflect on what inclusive education is, how it is put into practice and which is the role of the teacher in the face of it, based on the realities faced throughout the experience as an intern.

Keywords: supervised internship; education; inclusion; public politics; school practice.

LOS DESAFÍOS DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA OBSERVADOS EN LA PRÁCTICA ESCOLAR

¹ Licenciando em Geografia, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense FEBF/UERJ.
E-mail: gabriel.mathias11@gmail.com

Resumen. La experiencia de estarse dentro de una escuela como observador permite el contacto directo con varias preguntas pasivas de búsqueda e investigación. De esta forma, la pasantía para un estudiante es la oportunidad de vivenciar lo que se estudia y de poner en diálogo y confrontación los saberes teóricos y la realidad práctica. Por ello, este informe pretende reflexionar sobre qué es la educación inclusiva, cómo se pone en práctica y cuál es el papel del docente frente a ella, a partir de las realidades encontradas a lo largo de la experiencia como pasante.

Palabras clave: pasantía supervisada; educación; inclusión; políticas públicas; practica escolar.

A educação inclusiva como um direito

A necessidade de se debater sobre educação inclusiva advém de um longo histórico de exclusão, uma vez que o acesso à educação era mínimo ou, em vários casos, inexistente para alunos PCD's (sigla que significa "pessoa com deficiência"). A crescente pressão internacional mobilizou a criação de políticas públicas para solucionar esse cenário de exclusão, podendo ser citada como um marco a Declaração de Salamanca, em 1994, que buscava reafirmar o princípio de "educação para todos" colocando nas escolas o dever de atender as necessidades de alunos com deficiências.

No Brasil, o direito à escola para alunos portadores de deficiências é garantido por lei, sendo considerado crime recusar, adiar, suspender ou cancelar a matrícula de um aluno em virtude da sua deficiência, seja em instituições públicas ou privadas, segundo a Lei nº 7.853/89 (Brasil, 1989). Merece ainda o destaque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96 (Brasil, 1996), art.4º, inciso III que afirma o dever do Estado de garantir atendimento educacional especializado e gratuito para os alunos com necessidades especiais, com preferência pela rede regular de ensino; afirmando ainda que haverá apoio especializado toda vez que houver alunos com determinadas necessidades.

As leis e declarações citadas são consequência de um longo debate e pressão exercida em busca da inclusão de discentes PCD's que foram lesados por um longo período pela falta de políticas públicas que garantam aos mesmos o acesso ao ensino e sua permanência. Apesar do avanço e dos direitos que foram conquistados, a realidade vivida no estágio mostrou como essa inclusão é ainda precária e muito distante daquilo que se espera. Quando se fala sobre uma educação inclusiva, uma vez que esta tem como objetivo receber e lidar com os alunos garantindo seu aprendizado independente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, não foi possível inferir que as escolas estejam aptas a se adaptar diante das diferentes necessidades, com atendimento especial e especializado para as diferentes condições possíveis, para assim garantir a sua obrigação de inclusão.

Relatos do estágio e realidades encontradas

O estágio foi realizado em um colégio público do município de Duque de Caxias, no Bairro da Vila São Luiz, localizado no primeiro distrito da cidade. É válido ressaltar que a carga total de horário de estágio não foi feita apenas em sala de aula, mas no ambiente escolar como um todo, assim permitiu a investigação espacial do colégio para além do ambiente comum que o estágio normalmente se restringe: a sala de aula. Foi possível então circular pelo colégio para conhecer esse espaço escolar, salas temáticas, bibliotecas e salas administrativas. A importância dessa experiência se dá uma vez que o ato de observar ultrapassa a relação aluno-professor encontrado na sala de aula, indo além de ver o conteúdo e seus métodos de ensino, mas de entender o funcionamento da escola a partir do todo.

De imediato, há pouquíssima, ou nenhuma, acessibilidade no que tange o espaço físico. O colégio tem dois andares e o acesso ao segundo andar se faz pelas escadas, sem presença de rampas nem mesmo nos espaços comuns, havendo ainda degraus. Não há também a presença de pavimentação tátil pela escola a qual auxiliaria deficientes visuais na circulação de espaços desconhecidos. No entanto, neste período de estágio no colégio, também não foi visto nenhum aluno cadeirante, ou com alguma dificuldade clara de locomoção ou com deficiência visual. Tal fato leva a reflexão do quanto a ausência de acessibilidade física no espaço escolar pode gerar uma recusa na procura por se matricular nessa escola pela comunidade que depende desses mecanismos.

Contudo, a falta de acessibilidade não se limita ao espaço físico, mas ao próprio sistema de ensino. No primeiro dia de estágio um dos professores de Geografia confessou, por iniciativa própria, alguns problemas que ele enfrentava diariamente na sala de aula e um dos que destacava era a presença de alunos PCD's em suas turmas do ensino fundamental (exemplificando em números, em uma turma de sexto ano com cerca de 35 a 40 alunos, 5 apresentavam laudo com algum tipo de deficiência intelectual) e sua falta de preparo para lidar com a situação. O professor contou que havia se formado há 40 anos, o mesmo tempo em que exerce a docência, e que ele não estava

instruído ou possuía qualquer preparo para lidar com esses alunos com necessidades especiais.

O resultado encontrado era que esses alunos com deficiências são colocados na sala de ensino regular, porém não há qualquer adaptação do conteúdo ou da metodologia, logo, esses alunos ficam excluídos no que diz respeito à aprendizagem, muitas vezes isolados nas fileiras do canto da sala, mexendo no celular e sem a obrigação de anotar ou prestar atenção na aula.

O fim das classes especiais por serem consideradas excludentes fez com que os alunos sejam inseridos em salas de ensino regular, mas essa inserção não necessariamente é feita através de inclusão. Esse processo de transferência de classes não é, na maioria das vezes, acompanhado de profissionais capacitados de assumir essas turmas e lidar com esses estudantes.

A sensação então ao longo do estágio foi que a responsabilidade de incluir esses alunos PCD's no ensino regular fica a cargo do professor ainda que admitindo não ter preparo para isso, não havendo, pelo menos de forma evidente, um movimento da escola como um todo de como agir para estimular um maior trabalho de inclusão com eficácia.

Das políticas públicas encontradas na escola para lidar com essa problemática, foi afirmado que a prefeitura de Duque de Caxias estava contratando estagiários para agir como auxiliares com esses alunos que necessitam de um atendimento especializado, entretanto, em pouco tempo o atraso de pagamento das bolsas fez com que muitos desistissem do cargo. Nesse colégio em específico, nas turmas que foram observadas, foi possível encontrar apenas uma estagiária que se encarregava de cuidar de um desses alunos. Na prática, a sua responsabilidade era muito mais como uma cuidadora do que uma auxiliar para o processo de aprendizagem do discente, ficando submetida a acompanhá-lo fora de sala, a exigir o bom comportamento enquanto assiste à aula e inspecionar se os exercícios exigidos eram feitos. A estagiária nesse papel parecia muito mais ter a função de cuidar do comportamento do aluno do que de tentar adaptar o conteúdo de forma mais adequada para o mesmo.



Assim, o que se estabelecia nessa sala era um estudante acompanhado, mas sem o atendimento necessário para seu ensino, e o restante sem qualquer tipo de cuidado mínimo que promova seu aprendizado, ficando, inclusive, à parte dos outros alunos muitas vezes na sala de aula.

O papel da escola e do professor na Educação Inclusiva

Retornando ao que a LDB indica, é dever do Estado garantir atendimento especializado para as diferentes necessidades e que é crime impedir alunos de serem matriculados em escolas por consequência das deficiências que possuem. Há um objetivo claro de tentar promover através da lei a maior inserção de alunos PCD's em escolas de forma que eles não fiquem desamparados em virtude de qualquer condição existente, segundo a LDB (Lei n.º 9394/96).

Entretanto, a aplicação da lei não é acompanhada por uma série de políticas públicas necessárias para a inclusão de fato dos mesmos no ensino. Quando se é exigido que um aluno com deficiência tenha direito de ser aceito em escolas em uma turma de ensino regular, mas não é, junto a isso, mobilizado um preparo com profissionais especializados e estruturas próprias para a sua admissão, o resultado são discentes colocados em sala, entretanto com pouco cuidado com seu desenvolvimento.

Dentro do estágio foi possível perceber que não há uma mobilização da escola como um todo, dos docentes em conjunto com a direção do colégio, de promover a inclusão desses alunos, deixando sob a responsabilidade dos professores procurar um melhor método para lidar com essa adversidade (sem qualquer proposta de especialização). Nesse sentido, vale a reflexão sobre qual papel a escola deve assumir diante da realidade.

Conversando com a coordenadora pedagógica do colégio, ela afirma que para muitas famílias a escola funciona como uma “creche”, uma vez que não há para a maioria das famílias uma preocupação no desenvolvimento do domínio de habilidades como a escrita e a leitura e tão pouco com a formação desses alunos enquanto cidadãos, mas sim que essas crianças tenham um

lugar para ficar enquanto seus familiares trabalham ou lidam com os compromissos do cotidiano. Para a profissional, portanto, o afastamento das famílias com a escola gera uma relação pouco transparente que inibe a capacidade de promover a inclusão efetiva de alunos PCD's e, assim, a escola perde seu papel formador para o papel de cuidadora.

O pouco diálogo entre família e escola, junto com a escassez de políticas públicas resulta numa falsa inclusão e, se vale pensar o papel das escolas nesse sentido, vale também pensar o papel do professor. Existe um aumento na demanda para que cada vez mais o professor tenha algum tipo de preparo (acadêmico ou não) para lidar com alunos com deficiência, sendo capaz de se articular a ponto de criar condições para que esses estudantes estejam inseridos no processo de aprendizagem de maneira efetiva. Assim, é exigido do docente a construção de metodologias próprias para atender às diferentes necessidades dos estudantes, sendo necessário tempo de estudo para a especialização profissional.

Entretanto, deve ser refletido qual é a realidade do professor, uma vez que o intenso sucateamento da educação pública e a flexibilização do trabalho criam para o mesmo a sensação de esgotamento. No caso do colégio em que foi feito o estágio, o professor estava prestes a se aposentar, lidando com turmas lotadas, com um déficit de aprendizagem de uma forma geral que vai desde aluno no Ensino Fundamental II até uma classe formada por alunos com grande distorção série-idade.

Assim, a exigência ao professor como agente principal de inclusão, sem considerar a realidade de trabalho encontrada e não acompanhada de medidas que envolvam todo o sistema da educação pública, configura-se como transferência de responsabilidade no que diz respeito ao papel do professor (OLIVEIRA e ALVES, 2005).

São inúmeros os trabalhos para se pensar uma educação que seja de fato inclusiva, que trabalhe com pertencimento e com atendimento especializado (GLAT, 2012). Quando na Declaração de Salamanca, em 1994, se afirma o dever da escola de se adaptar às diferenças existentes e garantir a educação para todos, mais do que promover leis que obrigam a inserção de

alunos PCD's em escolas é necessário em conjunto a promoção de mecanismos que de fato garantam uma escola que cumpra seu papel de se adaptar ao aluno e não que obrigue esse estudante a se adaptar, pois o fracasso escolar, as evasões, a falta de aprovação ao longo dos anos é um problema do sistema de ensino e não apenas do discente.

Algumas possibilidades de atendimento especializado podem contribuir para esse processo de inclusão (SOUZA et al., 2018): A dupla docência, por exemplo, pode contar com um professor regente e um professor especializado de apoio que servirá para adaptar o que não for compreendido de imediato. Pode-se citar também a mediação de aprendizagem, onde cada aluno é acompanhado de um profissional capacitado para determinada condição que o aluno apresente. Além disso, é possível estabelecer redes de ensino e de especialização para o corpo docente, na tentativa de diminuir as dificuldades encontradas e com orientações pedagógicas de como agir diante delas, para que não haja um total despreparo nos demais casos. Um último exemplo que já faz parte de programas do MEC (Ministério da Educação), pensando no espaço físico, são as salas de recursos multifuncionais que apresentam materiais para o processo de aprendizagem e profissionais preparados para lidar com diversos tipos de atendimento.

Considerações finais

Conclui-se que apesar de haver uma declaração que preza pela inclusão na educação e leis que deveriam garantir esse direito, a vivência em espaços escolares mostra como esse trabalho de inclusão pode soar ainda como um objetivo muito distante, uma vez que há pouquíssimas ações públicas que garantem o que é exigido pela lei, que apesar de afirmar o que é ou não certo perante a política de inclusão, não garante ou produz meios de fato para se alcançar esse objetivo.

A falta de preparo nesse processo de transição ainda pode ter promovido de forma paradoxal uma maior exclusão, uma vez que esses alunos com deficiência não são atendidos como devem no ensino regular ficando

assim marginalizados dentro da sala de aula, além de que, a insegurança por parte dos pais de ter seus filhos colocados em uma sala sem um profissional preparado para isso, pode ter gerado desconfiança e evasão escolar de parte dos alunos. Junto a isso, questões como a falta de professores, turmas com número excessivo de alunos, falta de investimento em espaço físico de acessibilidade resultam na exclusão do espaço escolar para alunos PCD's.

Ainda que haja políticas nesse sentido para promover uma maior inclusão, há necessidade de continuidade das mesmas e uma expansão que alcance todas as escolas, pois, se os decretos de inclusão geraram o resultado positivo de uma maior quantidade de matrículas, a falta de melhoria no ensino gera um novo tipo de exclusão em salas de aula mascarando a sua forma anterior. Se o objetivo é alcançar a inclusão de todos, é necessário que a escola combine medidas e atendimentos que promovam equidades diante das diferentes necessidades. O trabalho feito em conjunto entre escola, famílias, professores e o Estado garantem uma maior combinação de forças, esclarecimento do papel de cada um diante da sociedade e maior possibilidade de resultados positivos.

Referências

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988

LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: pressupostos teóricos e dimensões políticas.** In: Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

OLIVEIRA, Cynthia. ALVES, Paola. **Ensino fundamental: papel do professor, motivação e estimulação no contexto escolar.** Paidéia: Ribeirão Preto, 2005.

SANTOS, Alex. SANTOS, Roberta. **Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca.** São Luís de França, 2012.

SILVA, Berenice. PEDRO, Vanize. JESUS, Eliane. **Educação inclusiva.** Revista Científica Semana Acadêmica: Fortaleza, 2017.

SOUZA, Elisângela Matos de Oliveira de *et al.* **Reflexões sobre a formação docente e a mediação escolar no processo inclusivo.** Ceduce: Rio de Janeiro, p. 1-14, 2018.

